



Prudêncio e a pedagogia da escravidão nas *Memórias póstumas**

Prudêncio and the pedagogy of slavery in *Posthumous Memoirs*

Paulo Sérgio de Proença¹

Resumo: Não está vencido ainda o debate sobre Machado de Assis e a escravidão. Pretende-se demonstrar, por meio da análise dos capítulos “O menino é o pai do homem” e “O vergalho” das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* que o autor carioca denuncia a violência do sistema servil. Guia a reflexão o apoio bibliográfico sobre o papel da família e da religião na formação de crianças aplicação às relações entre Brás Cubas e Prudêncio que, em momentos (infância e maturidade) e em ambientes (casa e praça pública) diferentes, aprendem e reforçam a pedagogia da violência (abençoada pela religião), na reprodução de tensões entre o ser e o parecer (público e privado). Contrariamente ao que a crítica admitiu por muito tempo, Machado repele a escravidão e a violência dela na organização e no controle daquela sociedade.

Palavras-chave: Machado de Assis. Violência. Prudêncio.

Abstract: The debate about Machado de Assis and slavery has not yet been resolved. It is intended to demonstrate, through the analysis of the chapters “The boy is the father of the man” and “The rod” of the *Posthumous Memoirs of Brás Cubas* that the Rio de Janeiro author denounces the violence of the servile system. The bibliographical support on the role of family and religion in the formation of children, applied to the relationships between Brás Cubas and Prudêncio, who, at different times (childhood and maturity) and in different environments (home and public square), learn and reinforce the pedagogy of violence (blessed by religion), in the reproduction of tension between being and opinion (public and private). Contrary to what criticism was admitted for a long time, Machado repelled slavery and its violence in the organization and control of that society.

Keywords: Machado de Assis. Violence. Prudencio.

¹ Professor Adjunto a Unilab-Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês-BA. E-mail: pproenca@unilab.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1186-6438>.

* Artigo recebido em 30 de junho de 2024. Aceito para publicação em 02 de agosto de 2024.

Introdução

Machado de Assis não foi indiferente à escravidão nem aos seus desdobramentos, conforme indica a portentosa obra que ele nos legou. Dois capítulos das *Memórias Póstuma de Brás Cubas* são exemplo: “O menino é pai do homem” e “O vergalho”, que merecem ser considerados em relação complementar.

Esses trechos denunciam a violência do escravismo, praticada ora em privado, ora em público, com o reforço necessário de princípios religiosos e pedagógicos, disseminados para controle do pensamento e do comportamento, o que elasteceu o funcionamento daquela ordem injusta.

A pedagogia familiar sedimenta os valores fundamentais do grupo social a que pertencem seus membros, abençoados pela confissão religiosa professada. No caso da escravidão levada a cabo por colonizadores europeus, os princípios justificadores se apoiaram principalmente na Bíblia para a construção de uma Teologia e de uma Pedagogia da escravidão. Não é de estranhar que religiosos tenham escrito obras de referência para essa finalidade, como Padre Vieira, Benci e Antonil. O primeiro foi um ideólogo; os demais foram os pedagogos que procuraram ensinar aos senhores as formas de controle de escravizados, para o vigor do sistema. Tudo com violência, como se pode ver nas cenas descritas nos capítulos apontados das *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

A pedagogia da escravidão: instrução familiar e religiosa

Faz-se menção a esse âmbito, *Pedagogia*, com a intenção de mostrar a importância de processos sociais de transmissão e troca de conhecimentos, de valores e práticas sociais. A Pedagogia se propõe a dar acabamento científico ao que ensinamos ou aprendemos. Essas práticas podem ser formais ou informais e constituem processos de socialização, que se iniciam no âmbito familiar:

Pode-se [...] distinguir genericamente duas modalidades interativas de socialização: a primária e a secundária. Pode-se atribuir à socialização primária o conceito amplo de educação e, nesse sentido, ela ocorre na família e em outros espaços. “A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta em sua infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade” (Berger, 1973, p. 175, *apud* Cury, 2006, p. 670)².

² Esses dois tipos de socialização, relacionados ao processo educativo, têm provocado tensão, no Brasil, hoje. Tramita no Congresso Nacional projeto sobre *homeschooling*, de interesse da extrema direita, para a qual o sistema escolar, principalmente público, está impregnado por ideologias de esquerda para difundir o comunismo. Essa ideia não assume contornos de adequação conceptual, mas encontra guarida na pregação extremista. De qualquer forma, o fato projeta reforço à ideia de que a família é ambiente privilegiado para formatar o pensamento de futuros adultos para a manutenção da ordem vigente, neste caso mencionado.

As primeiras interações informais são mais efetivas em termos de preparo para a vida. As mais duradouras são as experiências vividas em ambientes familiares, devido aos vínculos afetivos e permanentes que há entre pais e filhos, para irmos diretamente ao assunto; nessas trocas são transmitidos os valores fundamentais, porque a criança está aberta a influências, incorporadas sem resistência nem crítica, pois elas não têm acúmulo de conhecimentos nem de experiência de vida. Deve-se considerar, ainda, a importância para esse processo do prestígio das orientações dos mais velhos, que são as referências básicas para a primeira infância.

Cury (2006) associa a educação desse primeiro período da vida como essencial ao processo de socialização, o que tem implicações para a vida futura da criança, no tocante ao círculo de relações que ela terá. Em outras palavras, à socialização futura será aplicada a educação adquirida na fase familiar inicial.

A esse período segue a educação formal, em caráter complementar. A escola é instituição específica, especializada e juridicamente credenciada para a transmissão de conhecimentos de forma sistemática e de natureza científica. Sobre ela recaem as aspirações da família e da nação para obtenção dos meios necessários à ascensão social. Em todo caso, a educação familiar nunca deixa de merecer consideração na formação dos valores éticos do grupo familiar transmitido a seus membros, o que tende a se perpetuar pela recepção deles nas novas gerações.

No processo de educação (e controle) de cidadãos, acerca do que devem pensar e como devem agir, não somente a família e a escola são instâncias decisivas. Segundo Althusser (1977), além da escola e da família, a religião participa dos aparelhos ideológicos do Estado. Retomando a noção marxista de *Aparelho de Estado*, de natureza repressiva, que inclui instituições organizadas e controladas para garantir interesses por meio de violência física e simbólica, como o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., Althusser chama de *Aparelhos Ideológicos de Estado* organizações sociais, muitas espontâneas, que são outro tipo de formação e de controle que, na prática, exercem a mesma função; são as igrejas, as escolas, as famílias, os partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação e as agências de produção de cultura (indústria cultural). Os aparelhos repressivos atuam em âmbito público, enquanto os ideológicos exercem influência em domínio privado (Althusser, 1977). Isso se ajusta ao contexto das *Memórias póstumas*.

Brás Cubas teve influência de um tio cônego e da mãe piedosa. O papel da religião, dentre outros, em nada foi desprezível; contribuiu para adoção, manutenção e longevidade do sistema servil (adiante será mencionada a violência dele). A Igreja, com sua capilaridade, suas doutrinas, sua liturgia, seus sacerdotes, contribuía para o controle rigoroso da vida cotidiana de seus fiéis, principalmente na inculcação de seus princípios doutrinários, para explicar e justificar a forma de organização daquele mundo, produto da vontade de Deus.

Para essa finalidade a Bíblia foi essencial; dela se utilizaram o Magistério eclesiástico em seus principais representantes, como Santo Agostinho e Tomás de Aquino. Além deles, devem ser lembrados os jesuítas Padre Antonio Vieira, Jorge Benci e Antonil, que foram fiadores da escravidão à moda portuguesa, processo não diferente de outras nações colonizadoras.

O Padre Antonio Vieira nasceu em Lisboa em 1608 e morreu em Salvador, em 1697. Escreveu sermões que passaram a ser considerados modelo no gênero, devido aos recursos retóricos empregados. Para o Padre, a escravidão não era só lícita, mas necessária, considerados os ensinamentos da Bíblia. Pretos são imitadores de Cristo porque padecem de forma semelhante à paixão (Vieira, sermão 14):

A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.

Assim, aos escravizados cabem os mistérios dolorosos. No sermão 20, Vieira cita a epístola de São Paulo aos *Filipenses* 2.5-11, em que Jesus “rebaixou-se” à condição de escravizado e, como tal, é modelo a ser seguido. Dotadas de inquestionável autoridade, as Escrituras são disputadas nas guerras ideológicas. Salette (1999, p. 25) acrescenta que Vieira as subordina a seus objetivos, “encarando a Bíblia como uma mina de argumentos para provar suas teses [...]”. Vieira é o grande arquiteto teológico-doutrinário da escravidão moderna dos negros.

Como jesuíta, o padre Vieira valorizou muito a educação, meio para incutir em pagãos os valores do cristianismo e a sujeição de escravizados à coroa portuguesa, o que foi feito por meio dos colégios para a evangelização.

Ferreira Jr. e Bittar sustentam que a escravidão sempre dependeu da eficácia da catequese: “o ato educativo era inseparável da aculturação católica e, quanto a esta, é perceptível que o pregador jesuíta visava convencer os negros de a escravidão ser a única forma de salvação da alma” (2003, p. 43).

Jorge Benci nasceu na Itália, por volta de 1650, entrou na Companhia de Jesus em 1665 e em 1681 viria ao Brasil; em 1700 foi para Lisboa, “onde provavelmente compilou os sermões para publicação de *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. Aí faleceu em 10 de julho de 1708” (Dias, 2012, p. 32). Essa obra é importante para se compreender como um jesuíta fez convergir os interesses da Igreja com os da Coroa e como esses elementos eram imprescindíveis à responsabilidade do senhor, cujas obrigações Benci aponta, orientando sobre a forma *cris-tã* de tratar escravizados, com conselhos que se baseiam em três elementos: “pão,

disciplina, trabalho”, inspirada no capítulo 33 do *Eclesiástico*³. *Economia Cristã* resulta da compilação de sermões do jesuíta e, também por isso, a presença da Bíblia se torna indispensável apoio a suas ideias. Para ele, os senhores eram equiparados a “ministros deputados por Cristo para a propagação do seu Evangelho” (§ 66)⁴.

Benci, como Vieira, se serve da História, da Filosofia e da Teologia para dizer que os escravizados deveriam ser castigados, pois na Bíblia encontram-se os apoios mais consistentes para isso; mais um: “Já o declarou o Espírito Santo no *Eclesiástico*, dizendo: Tendes algum servo mau, malicioso e inclinado ao vício? Castigai-o [...]” (§ 180). Assim, a escravidão é justificada biblicamente. Há preconceito ostensivo contra os escravizados, contra quem é possível – e necessário – praticar violência. Tudo conforme as Escrituras. Tudo conforme o cristianismo. Tudo conforme a vontade do Império. Tudo conforme a vontade dos senhores de escravizados.

André João Antonil foi o pseudônimo utilizado por João Antônio Andreoni (1650-1716) sob o qual foi publicada a obra *Cultura e opulência do Brasil*, escrita entre 1708 e 1710. Natural de Lucca, Itália, tornou-se jesuíta em 1667. Nessa obra, ele considera a distribuição de trabalho, de atividades e de encargos diários, a que o castigo pode suceder. Para Antonil a quantidade de serviço não poderia ser superior ao suportável. Os tópicos desenvolvidos e os pontos de vista são similares aos de Benci, com quem concorda: “No Brasil, costumam dizer que para o escravizado são necessários três PPP, a saber: pau, pão, pano [...] prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo” (Antonil, 2013, p. 106).

Sua obra usa a técnica *como proceder*, como a de Benci, na qual há controle moral, político e religioso, na intenção de incorporar o senhor na estrutura da Coroa, para assegurar a perenidade do sistema, visto que o aparato oficial não atingia os mais distantes rincões do imenso território da colônia. Grande esforço é dispendido para tornar bons os senhores; o exercício dessa virtude tornaria melhor o sistema, conforme indicam várias passagens das Escrituras; ele assume São Paulo ter sido a autoridade bíblica que amparou suas ideias.

Vieira, Benci e Antonil são vozes uníssonas saídas das mesmas entranhas. A eles pode ser atribuída a criação de uma Teologia da Escravidão baseada em interpretação interessada das Escrituras e de uma Pedagogia da Escravidão sustentada por violência e justificada por princípios religiosos e bíblicos, elementos decisivos que foram fiadores da perversão do sistema servil.

³ *Eclesiástico*, de Jesus Ben Sirac, é um livro de sabedoria. Não deve ser confundido com *Eclesiastes* (outro representante da sabedoria bíblica).

⁴ As remissões serão feitas a partir dos parágrafos da obra, para facilitar eventual consulta, por ter sido consultada uma fonte eletrônica, comentada por Figueira e Mendes (1977).

Análise dos capítulos "O menino é o pai do homem" e "O vergalho", das *Memórias póstumas*

A seguir serão comentados os capítulos que envolvem, como protagonistas, Prudêncio e Brás Cubas, em cenas de explícita violência da escravidão, em reforço ao sistema, que se alimentou de um processo pedagógico cultivado na intimidade do lar e alimentado pela religião.

"O menino é o pai do homem": a família faz de crianças o adulto que serão

Com o sugestivo título "O menino é o pai do homem", o capítulo onze do romance apresenta os membros da família que mais influenciaram a vida do narrador; recupera-se o ambiente ao qual remontam as mais antigas e duradouras memórias, referentes à infância, ao pai, à mãe, aos tios e ao *moleque* Prudêncio.

O defunto-autor descreve a criança que tinha sido como "menino diabo"; suas *diabruras* mais violentas se voltavam contra escravizados – precocemente; aos seis anos já acumulava incontidas travessuras: "quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo [...] deitei um punhado de cinza ao tacho [...] fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce 'por pirraça'". Esse gênio indócil não parou por aí; contra Prudêncio reproduzia a violência, às vezes gratuita, promovida contra a gente escravizada:

[...] era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, – algumas vezes gemendo, – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um – "ai, nhonhô!" – ao que eu retorquia: – "Cala a boca, besta!"⁵.

Segundo Duarte (2007, p. 276), o tratamento a escravizados animaliza, com "sentido alegórico: o negro é posto de quatro, é o animal sobre o qual o branco monta. O jogo infantil nada tem de inocente [...]".

Essa precoce vocação de Brás Cubas para o exercício de violência era manifestação de herança, senão genética, pelo menos social. O pai tudo aprovava, conivente com as diabruras do menino, chegando às raias da admiração, em jogo de dissimulação social; a autoridade paterna repreendia "à vista de gente [...] por simples formalidade: em particular dava-me beijos". Desde cedo, Brás se adaptou às convenções daquela ordem escravocrata, compostas de dupla dimensão (a pública e a privada) que controlavam o comportamento. Essas dimensões frequentemente

⁵ Como estão indicados os capítulos de onde foram tiradas as citações e como os capítulos são curtos e, ainda, por ser utilizada versão eletrônica, não serão anotados os números das páginas das *Memórias póstumas*.

se opõem em Machado e se constituem tema privilegiado. Já no capítulo segundo do romance, a propósito do emplasto Brás Cubas, diz o narrador: “[...] a minha ideia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: – amor da glória”.

Talvez como expressão de um mundo patriarcal, a mãe foi considerada tímida, embora piedosa: “uma senhora fraca, de pouco cérebro e muito coração, assaz crédula, sinceramente piedosa, – caseira, apesar de bonita, e modesta, apesar de abastada; temente às trovoadas e ao marido. O marido era na Terra o seu deus”. Em suma, subserviente ao marido e incapaz de impor-se como vontade autônoma, sufocada pela religião. Uma figura típica de donas de casa naquelas condições.

São mencionados dois tios, dois opostos: um religioso formal e outro bonachão, amigo de chalaças, cuja influência muito seduzia a criança que Brás era, a ponto de ele preferir o Tio João, o seu mestre de obscenidades, das quais o menino achava muita graça. Quando em visita, esse tio ia estar com as escravizadas, que diziam: “Este sinhô João é o diabo!”.

O tio cônego era diferente, mas a carreira religiosa não era inspiradora, sobretudo porque ele cultivava uma religiosidade formal, mais preocupada com o exterior, o ritual, pois “não era homem que visse a parte substancial da igreja”; essa devia ser, no geral, a face piedosa daquela sociedade.

O narrador menciona ainda a Tia Emerenciana, mas para dizer que com ela não teve contatos mais intensos.

Da combinação das influências desses familiares, Brás reconhece a educação recebida; não nega ele eventual herança positiva, mas assume que “era no geral viciosa, incompleta, e, em partes, negativa”. Quanto ao aspecto geral relativo às influências do ambiente familiar, o narrador Brás Cubas conclui, de forma irônica: “Dessa terra e desse estrume é que nasceu esta flor”⁶.

“O vergalho”: adultos reproduzem a criança que foram

No capítulo “O vergalho”, Prudêncio, alforriado, espanca publicamente um escravizado, em cena impressionante. Criança, tinha sido vítima em ambiente familiar, sem poder reagir. Adulto liberto, é flagrado em lugar público aplicando as mesmas sevícias físicas e verbais a outro escravizado que comprara, reproduzindo exatamente a forma de tratamento recebida do próprio Brás na infância⁷.

⁶ *Estrume* tem dupla isotopia: uma, associada à jardinagem, por se referir a adubo; a outra leitura pode evocar pessoas de duvidoso ou nenhum valor moral.

⁷ A legislação então vigente permitia ao liberto adquirir escravizados, *privilégio* da nova condição jurídica, de que se aproveitavam os ex-escravizados. Talvez a motivação onomástica para *Prudêncio* tenha algo a ver com o episódio.

A narração é tocante. Brás Cubas, ao passar pelo Valongo⁸, se surpreende com um preto castigando outro que dizia, gemendo: “Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!”, o que era correspondido com novos golpes. Segue o diálogo público trocado entre eles:

- Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!
- Meu senhor! gemia o outro.
- Cala a boca, besta! replicava o vergalho.

Brás se surpreende ao reconhecer “o do vergalho”; “Era o *meu moleque Prudêncio*”, diz, não se preocupando em esconder a sensação de posse que ainda o contaminava. Depois de breve diálogo, ordena a Prudêncio perdoar o outro preto; Brás recebe por resposta isto: “Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado!”.

O narrador, refletindo sobre o que tinha testemunhado, arranjando algumas possíveis explicações, conclui, filosofando justificativas⁹:

Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto!

O escravizado que Prudêncio tinha sido estava em posição inferior na escala social. Como aquele arranjo estava em débito com ele, o liberto Prudêncio não tardou a encontrar meios para diminuir o *déficit*. Conhecendo as normas de funcionamento daquela ordem social, tomou precauções e providências, segundo as regras em vigor, para se equilibrar, ainda que simbolicamente. Seria anacrônico exigir do ex-escravizado repudiar a escravidão e demonstrar consciência de classe; suas convicções estavam já configuradas pela Pedagogia da escravidão¹⁰. Foram

⁸ O Valongo fica na região portuária do Rio de Janeiro. Nesse lugar funcionou um mercado para comercialização de escravizados (Jordão, 2015). Recentemente, foi lá descoberto um cemitério de pretos; o lugar foi reconhecido como patrimônio cultural pela Unesco.

⁹ Na narrativa ambígua de Machado, nem sempre é fácil reconhecer o que se deve atribuir ao narrador e à voz do enunciatador, instâncias que às vezes estão em harmonia; contudo, elas podem, não raro, conviver de forma tensa. Isso porque a técnica narrativa do romance é disjuntiva: o defunto-autor disputa a pena com o Brás vivo, tornando complexo o processo discursivo de enunciação-narração.

¹⁰ Podem ser percebidas, nesse processo, a efetiva aplicação do método da educação bancária, (Paulo Freire), à educação informal. Essa prática contribui para a manutenção da ordem vigente, sobretudo a ideológica, pois não só favorece, mas induz e condiciona a reprodução de valores e de procedimentos.

apenas reproduzidos comportamentos e valores então vigentes que distribuíam de forma restritiva direitos e prestígio. Houve reforço ao mecanismo por meio dos quais aquela sociedade funcionava: a violência.

Segundo Faoro (1976), a atitude de Prudêncio resgata-lhe a cidadania, pela violência física e simbólica. Assim, o escravizado machadiano estava consagrando, pela cena pública, sua ascensão social e compensando as pancadas recebidas em criança; talvez isso seja também um processo psíquico, de liberação de recalques. De qualquer forma, o episódio machadiano, de forma enviesada, serve para igualar o preto e o branco (Proença, 2015). São eles iguais porque podem apreender e aplicar as regras do convívio social; (ex)escravizados podem ascender da condição de objeto para a condição de cidadãos; são iguais porque aspiram aos mesmos bens oferecidos pela sociedade; enfim, são iguais porque têm na sua constituição psicológica o mesmo barro constitutivo da natureza humana. Eis a interpretação de Faoro (1976, p. 337):

A liberdade [...] não emancipa o escravo. Mas há grande diferença entre o escravo e o liberto. O liberto adquire a condição, embora mínima e limitada, de transferir os agravos recebidos, as pancadas sofridas, a outrem. A alforria significa uma ascensão social: galgado o primeiro degrau, o homem sai da condição de saco de afrontas, para o qual não há a possibilidade de reação. A liberdade se identifica com o status na sociedade, acrescido do arbítrio de castigar, repreender e punir. O liberto adquire a faculdade de ser mau – faculdade que a escravidão lhe negava¹¹.

A capacidade e a possibilidade de ser violento e mau é o que iguala pretos e brancos. É esse o cimento da humanidade de ambos.

Prudêncio recebeu alforria do pai de Brás, conforme testamento; alforrias foram expediente não incomum e se mostraram fundamentais para a manutenção de hierarquias sociais, nas quais se reforçava o poder senhorial; foi o Pai de Brás que libertara o escravizado, mas os vínculos familiares transmitiam ao filho os privilégios de classe. Conceder um benefício é demonstração de poder e de superioridade de quem ocupa mais elevada posição; aceitar dons significa ocupar posição subalterna e conformar-se com o papel de servidor.

Libertos continuavam tendo o novo status vinculado à condição social anterior e aos antigos vínculos sociais respectivos, o que para ex-escravizados poderia ser considerado importante ponto de apoio; afinal, em uma sociedade escravista havia permanentes tensões e manter relações com antigos protetores poderia atenuar vulnerabilidades que não poupavam ex-escravizados (Proença, 2022).

¹¹ Talvez caiba um ajuste a essas reflexões: o liberto não adquire a liberdade de ser mau, mas o arbítrio de exercer a maldade, inclusive publicamente.

Libertos, uma vez restituídos os direitos à liberdade, podiam ter escravizados, o que dava prestígio, pois também pessoas simples e pobres almejavam acesso a essa propriedade, que era signo de prestígio social: “os viajantes que percorreram o Brasil na época são unânimes em afirmar que o mais humilde dos homens, assim que dispunha de algum capital, comprava um escravo [...]” (Costa, 2010, p. 25). Para Paiva (2018, p. 99), “parte significativa do contingente de libertos urbanos tornou-se senhora de escravos, os quais [...] se libertaram por meio das mesmas estratégias escolhidas por seus senhores forros”.

Na prática, não ocorria exatamente a conquista da liberdade plena, como visto na cena do Valongo. Libertos continuavam a situação de subordinação em relação a seus antigos senhores, permanecendo a relação hierárquica de dissimetrias entre senhor e ex-escravizados.

O público e o privado

Desdobramento inevitável do capítulo “O vergalho” é a falta de conformidade entre as dimensões do público e do privado na ordem social, no sentido em que elas se associam a padrões de comportamento distintos. O Brás menino viveu ambiente privado-familiar em que aprendeu os valores escravagistas. Adulto, maneja a seu favor esses mecanismos sociais, como indica o capítulo segundo das *Memórias*, nas quais o narrador não esconde a sede de nomeada (ele queria ver o nome dele estampado nas embalagens da droga), que era a face da moeda voltada para o público; na outra dimensão, a privada, ficava o desejo de lucro.

Se no capítulo “O menino é o pai do homem” Brás massacra o moleque Prudêncio no privado, no capítulo “O vergalho”, contraponto narrativo, o narrador adulto fatura os dividendos de oportunismo para granjear a simpatia dos circunstantes, posando de bom moço, humanizado, ao exigir perdão do ex-escravizado (Prudêncio) ao seu escravizado, em público surrado. Esta era a lógica de escravagistas, que Brás seguiu à risca: na vida privada, violência física; na pública, solidariedade forjada.

Essa tensão é, também, um tema caro a Machado de Assis. Desde seus primeiros anos de cronista ele travou ácidas disputas com autoridades eclesiásticas e políticas sobre essa manobra. Durante a luta pela Abolição, Machado critica quem queria se promover concedendo alforrias, às custas da publicidade de atos de *beneficência*, falsos e oportunistas, “de gazetilha”, conforme termos do escritor. Tais procedimentos, que ele reconhece e critica, são expansões dessa tensão entre o público e o privado, ainda não resolvido na cultura brasileira.

Considerações finais

Os dois capítulos das *Memórias póstumas* comentados expõem a violência física das entranhas da escravidão, recurso necessário para que esse sistema pudesse se sustentar por tanto tempo.

A escravidão se serviu também de violência simbólica, com a elaboração de uma Pedagogia da escravidão, gerada no ambiente familiar, responsável pela conformação das mentes infantis; por outro lado, foi elaborada uma Teologia da escravidão, inspirada na Bíblia, cujo resultado prático foi a instilação da ideia de que a escravidão era, em última instância, vontade do próprio Deus.

Violência e mais violência. Não faltou violência física perversa e desumana. Não faltou violência simbólica. Machado transferiu essa percepção a seus escritos geniais. Isso já seria suficiente para perceber que ele não foi indiferente aos seus irmãos de cor. Mais: ao acabamento literário, acresça-se sentimento de indignação e de solidariedade a seus irmãos escravizados, o que nem sempre foi reconhecido por leitores especializados, talvez como resultado de uma projeção de classe.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Salvador: P55 Edições, 2013.

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas** [versão eletrônica]. Disponível em: <https://machado.mec.gov.br/item/download>. Acesso em 09 maio 2024.

COSTA, Emília Vioti. **A abolição**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CURY, C. R. J. C. Educação escolar e educação no lar: espaços de uma polêmica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96, out. 2006, p. 667-688. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 13 maio 2024.

DIAS, M. A. **Os jesuítas e a escravidão africana no Brasil colonial: um estudo sobre os escritos de Antonio Vieira, André João Antonil e Jorge Benci (sécs. XVII e XVIII)**. Orientador: Claudinei Magno Magre Mendes. 2012. 102f. Dissertação de Mestrado. Unesp, Assis, 2012.

DUARTE, Eduardo de Assis (org.). **Machado de Assis afrodescendente**. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálida, 2007.

FAORO, Raimundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. A pedagogia da escravidão nos Sermões do Padre Antonio Vieira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 84, n. 206/207/208, p. 43-53, jan./dez. 2003.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara; MENDES, Claudinei M.M. Estudo preliminar e comentário. In: BENCI, Jorge. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1Jesuítico/benci_economia_crista_governo_escravos.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

JORDÃO, R. P. O Valongo Machado na cartografia do Rio de Janeiro: a escravidão em cena na cidade. **Machado de Assis em linha**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 99-113, dezembro 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mael/a/95m9vrCQ3ChTzBrXHCpvNsx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2024.

PAIVA, E. F. Alforrias. In: Schwarcz, Lilia Moritz; Gomes, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 93-100.

PROENÇA, Paulo Sérgio. **Sob o signo de Caim**: Machado de Assis e a Bíblia. São Paulo: Editora Biblioteca 24 Horas, 2015.

PROENÇA, Paulo Sérgio. Alforrias em Machado de Assis: perspectivas bíblicas. **REB. Revista de Estudos Brasileños**. v. 9, Número 18, 2022, p. 93-106.

SALETE, Maria **A escravidão nos sermões de Antonio Vieira**: uma análise argumentativa. Orientador: Heronides Melo Moura. 1999, 137f. Dissertação de Mestrado (Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VIEIRA, Antonio. **Maria, de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus**. Sermão 14. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000032pdf.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.